

O PAPEL DO PLANEJADOR NAS CIDADES: UMA REFLEXÃO SOBRE O VALOR DE USO E O VALOR DE TROCA DO SOLO URBANO¹

THE ROLE OF THE PLANNER IN CITIES: A STUDY ON URBAN SOIL USE AND CHANGE VALUE.

EDMILSON ALVES LOPES²

APARECIDO RIBEIRO DE ANDRADE³

Resumo: Essa contribuição traz uma reflexão do papel do planejador urbano por meio de uma abordagem sobre o valor de uso e valor de troca do solo urbano. Enfatiza a relação existente entre o processo de renovação urbana nas grandes cidades mundiais e o empreendedorismo urbano competitivo, associando-os ao “planejador-empresendedor” na ampliação do valor de troca do solo urbano. Apresenta também uma abordagem sobre a produção e expansão do solo urbano na periferia das cidades brasileiras, assim como a ação dos agentes sociais no processo de segregação socioespacial. Ao final, busca-se demonstrar que, apesar de utilizarem de estratégias diferenciadas para momentos e realidades opostas, essas abordagens apresentam em comum três elementos indissociáveis: o planejamento urbano na figura do planejador; os agentes sociais na figura do empreendedor capitalista e o solo urbano, atrelado ao seu valor de uso e de troca.

Palavras-chave: Planejamento urbano, valor de uso, valor de troca.

Abstract: This work aims at seeing the role of the urban planner through an approach based on soil use value and soil change value. It emphasizes the relation between the urban renewal process in big cities around the world and the competitive urban entrepreneurship, linking them to the "entrepreneur/planner" in the raise of urban soil change value. It also presents a study on urban soil production and expansion in the suburbs of Brazilian cities, as well as the role of social agents in the social and spacial segregation process. Finally, it attempts to show that all the perspectives approached here, although using different strategies to opposite situations, present three undetachable characteristics, which are: the urban planning as the planner, the social agents as the capitalistic entrepreneur, and the urban soil attached to its use value and change value.

Key-words: Urban planning, use value, change value.

¹ **EIXO TEMÁTICO:** Dinâmica Urbana: processo de urbanização da sociedade e novas espacialidades.

² Geógrafo; Mestre em Geografia e Doutorando do Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. e-mail: geokiko@gmail.com

³ Professor Assistente; Mestre do Departamento de Geografia da Unicentro - Campus de Irati/Paraná/Brasil e Doutorando do Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. e-mail: apaandrade@gmail.com

“As questões e reflexões urbanísticas saem dos círculos dos técnicos, dos especialistas, dos intelectuais que pretendem estar na vanguarda dos fatos. (...) E no entanto, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento e na prática.”
(LEFEBVRE, 2001)

Introdução

A urbanização é um fenômeno que ocorreu e ocorre de forma muito desigual pelo planeta e está associada ao processo histórico de desenvolvimento econômico, político e cultural alcançado por cada sociedade. Pensar a cidade na tentativa de buscar novas ações para reorganizar o espaço urbano, visando superar os novos e antigos problemas produzidos outrora, é um grande desafio.

No atual processo de globalização, as cidades passaram a ser tratadas como empresas, associadas ao processo produtivo destinado ao mercado mundial. Segundo ASCHER (1995, p.123 *apud* Compans, 2005, p.25) “As grandes cidades têm cada vez mais traços comuns com grandes empresas: elas dependem para seu desenvolvimento dos mesmos fatores econômicos; são confrontadas a uma concorrência internacional; gerenciam serviços, atividades de produção e recursos humanos; (...)”

É sob esta ótica capitalista de fazer e refazer a cidade, agora como “mercadoria total”, que os urbanistas, mascarados na figura do Estado, articularam estratégias duvidosas, muitas vezes intimamente vinculadas aos interesses dos detentores do capital, que se apresentam na figura das grandes corporações – banqueiros, empresas transnacionais etc –, dos proprietários de terras, dos incorporadores e promotores imobiliários, entre outros particularmente interessados na reprodução e acumulação de capital.

E inevitavelmente nesse processo que os planejadores urbanos tomaram o papel de gerenciadores empresariais muitas vezes se confundindo com o próprio empreendedor, e passaram a elaborar estratégias de renovação urbana voltadas à lógica capitalista para atender aos seus interesses e dos detentores do capital.

“Quando se fala hoje em dia, a torto e a direita, em fazer cidade, tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato faz a cidade? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com suas mediações de praxe, é claro.”
(ARANTES, 2000, p.30)

Um projeto de renovação urbana ou modernização capitalista

“Encontramos uma continuidade onde se esperava reviravolta.” Esta expressão foi utilizada por ARANTES (2000, p.30) ao se referir à renovação urbana, proposta na

Europa por *Venuti*, e à terceira geração de urbanistas, no final da década de 1980, e, mais tarde, apropriada e distorcida pelos urbanistas norte-americanos que a apresentaram como um plano “mágico” capaz de gerar vantagens estratégicas nas cidades como respostas competitivas aos novos desafios da globalização através da transformação das cidades em “mercadoria-total”.

Para alcançar o objetivo da proposta de renovação urbana, os diversos planejadores utilizaram-se do discurso do “lugar”, associando-o à dimensão do cultural e da imagem da cidade na busca de enfatizar diferenças para atrair capital e investimentos. O que ironicamente converge a uma homogeneidade das cidades que passaram a ser identificadas como cidade-negócio, cidade-emprego, cidade-mercadoria total ou cidade empresa cultural.

Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. O fato de estarem tão pressionadas e de o resultado ser uma repetição em série de modelos bem-sucedidos é compreensível, dada a sombria história da desindustrialização e da reestruturação, que deixaram a maioria das cidades grandes do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento. Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas num certo período de competição interurbana e de empreendimento urbano intensificado. (HARVEY, 1992, p.91)

O planejamento estratégico buscou uma associação da imagem da cidade-negócio para torná-la competitiva e inseri-la como um nó na rede internacional, através da comunicação e da promoção, na procura de um novo impulso ao crescimento urbano e econômico ou vice-versa. Entretanto os principais interessados nesse negócio foram os grandes investidores privados que visaram ampliar sua renda com a revalorização do espaço urbano e seus negócios. Para tanto se tomou por base uma abordagem de dimensão cultural associando a parceria da iniciativa privada ao setor público que passaram a agir na revitalização urbana ou requalificações das cidades, reestruturando antigas áreas degradadas, estimulando seu uso e consumo por uma classe social mais abastada associada a eventos sociais, culturais, empreendimentos imobiliários de luxo e inserção de empresas famosas que revalorizassem essas antigas áreas degradadas.

Fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em requalificação, mas em termos tais a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queiram os modernos – para cair no vasto domínio *passe-partout* do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados. (ARANTES, 2000, p.15)

Esta nova fase de gestão da cidade é marcada pelo empreendedorismo urbano, na qual, segundo análise elaborada por Peter Hall (1995), o planejador foi se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor.

O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o

planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. (PETER HALL, 1995, p.407)

O modelo do empreendedorismo urbano competitivo, segundo COMPANS (2005), “Longe de ser um instrumento meramente “técnico”, consiste numa estratégia político-argumentativa destinada a viabilizar certo projeto de modernização capitalista.”

O empreendedorismo utiliza-se, portanto, dessa linguagem figurada, metafórica – na qual a cidade torna-se “empresa”, equipamentos, serviços e trabalhadores tornam-se “mercadorias”, e a competitividade das empresas torna-se “competitividade da cidade” –, como um recurso discursivo pelo qual se atribuem novos papéis e objetivos à administração urbana. Esse discurso justifica e viabiliza novas práticas políticas e relações sociais, bem como uma agenda de investimentos predeterminada pelo imperativo da “competitividade” interurbana. Ele evoca não só a eficácia administrativa como valor supremo norteador da ação pública – em vez do “interesse geral” ou do “bem comum” que a idéia do Estado-nação condensava e representava –, mas, antes de tudo, atribui a ela o objetivo primordial da valorização dos capitais localizados em dado território, operando assim uma fusão entre noções de “interesse público” e de “interesse privado”. (COMPANS, 2005, p.27)

Na busca desenfreada pelo ressurgimento econômico a qualquer custo, segundo ARANTES (2000), ocorreu uma troca de papéis: “assim como a orientação e o controle da expansão urbana foram repentinamente substituídos pela obsessão de encorajar o crescimento, um novo tipo de profissional emergiu da metamorfose do funcionário público local – o planejador-empresendedor.” Nesse momento surgem várias dúvidas sobre o verdadeiro papel do planejador. Deveria ele organizar e controlar a expansão urbana? Privilegiar os empreendimentos e investimentos do capital privado? Ampliar o valor de troca do solo urbano? Manter e sustentar o crescimento da cidade?

Poderíamos dar como resposta que o papel do planejador é meramente o de possibilitar que ocorram todas essas ações no processo de tornar a cidade um negócio, uma mercadoria. O planejador passa a ser a peça-chave para buscar as diferenciações por meio da revalorização do uso, ação capaz de agregar, cada vez mais, valor ao produto, ou seja, à própria cidade.

Segundo LEFEBVRE (2001, p.6), “A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.” Seria possível afirmar então que o papel do planejador estaria em privilegiar os empreendimentos e investimentos na cidade na revalorização do uso para ampliar o valor de troca do solo urbano e assim tentar manter o crescimento da cidade? Para alcançar tal objetivo ele manipularia o crescimento e a organização da cidade, valorizando determinadas áreas e impedindo o crescimento de outras, direcionando e controlando o adensamento, a verticalização e a expansão urbana, criando espetaculares obras arquitetônicas em áreas antes degradadas para atrair investimentos e dar sustentação ao crescimento da cidade.

Ainda, segundo LEFEBVRE (1999, p.164), “O urbanismo representa uma máscara do Estado e da ação política, instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia e numa sócio-lógica. O urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político.” Assim, podemos considerar que o desenvolvimento da cidade ocorre por meio das relações estabelecidas entre seus agentes sociais numa relação política, econômica, cultural e social, que se materializa no uso e ocupação da terra. No caso das cidades, trata-se da terra urbana ou do solo urbano, atribuindo-lhe assim um valor de uso e um valor de troca.

A teoria do uso do solo urbano para Harvey (1980) deve ser debatida a partir da teoria do valor, fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca. Para esse autor, “o solo e as benfeitorias, no capitalismo, são mercadorias especiais e o valor de uso não é o mesmo para todas as pessoas, nem constante no tempo. Os valores de uso refletem um misto de necessidades, reivindicações sociais, hábitos culturais, estilos de vida; e não são arbitrariamente estabelecidos pela pura soberania do consumidor.” (Harvey, 1980 *apud* Carlos, 1994, p.87)

Daí a novíssima luz retrospectiva que a redescritção da cidade-emprego segundo Peter Hall lança sobre a atual revisão da cidade-máquina-de-crescimento formulada há quase vinte e cinco anos por Molotch. Tese elaborada a partir de uma constatação paradoxal: ***a cidade-negócio está ancorada numa pseudomercadoria, o solo, um outro nome para a natureza, que aliás não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado.*** (ARANTES, 2001, p.26)

Ainda, segundo ARANTES (2001), esta questão nada mais é que “uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva.”

O valor de uso da cidade deve ser atribuído aos seus habitantes em seu cotidiano, enquanto o valor de troca é atribuído àqueles que buscam apenas a reprodução do capital, ficando a cargo do planejador o papel de dar sustentabilidade ao crescimento urbano e econômico da cidade. Muitas vezes isto ocorre por meio da revalorização do uso do solo urbano atribuindo-lhe novos usos e valores ditados por questões socioculturais. Segundo a análise de CARLOS, A. (2001, p.51) “A compra e venda da terra urbana mediada pelo mercado, quer em função de sua utilidade (enquanto meio de vida) ou da perspectiva da valorização do capital (enquanto condição da produção material) ou pela perspectiva da comercialização da terra, ocorre exatamente pelo fato de a terra urbana – enquanto parcela do espaço –, ter valor (de uso e de troca).”

Nesta fase, quando as cidades passam a ser geridas e consumidas como mercadorias, o uso e a ocupação do solo urbano agregaram novos valores culturais e sociais que possibilitaram um incremento no valor de troca para os empreendedores, ao mesmo tempo em que propiciaram uma depreciação do uso e do valor de uso para a população que ali habitava e vivia seu cotidiano.

O valor de uso e o valor de troca apresentam o mesmo significado na periferia das cidades brasileiras.

Ao transferirmos esses pensamentos dos grandes centros mundiais para um país em vias de desenvolvimento, como no caso do Brasil, que teve sua urbanização associada além da industrialização e da modernização das atividades agrárias a elevados índices de crescimento demográfico e endividamento externo e a inúmeros problemas socioeconômicos, encontraremos outro significado para o valor de uso e troca do solo urbano.

A urbanização brasileira da segunda metade do século XX colocou a cidade no centro da vida econômica, política e cultural e passou a influenciar e a comandar a organização do espaço. O crescimento da industrialização e o aumento da oferta de empregos nas cidades, concomitante, as mudanças no meio rural – mecanização, desemprego, baixos salários etc. – explicam, em parte, o esvaziamento do campo e o crescimento das áreas urbanas.

O acelerado processo de urbanização no Brasil proporcionou o inchaço populacional das cidades que não foi acompanhado por investimentos em infra-estrutura e geração de empregos capaz de dar sustentação à sociedade urbana que se adensava naquele momento, pelo contrário, proporcionou um processo de concentração de renda, exclusão social e segregação socioespacial.

A exclusão social acompanha o processo de industrialização/urbanização brasileiras. Exclusão e concentração (de renda) são, como vimos, paradigmas constantes do capitalismo brasileiro. A década de 80 é marcada pelo fim do modelo desenvolvimentista no Brasil. Graças às altas taxas de juros internacionais incidentes na dívida externa, o Brasil passa a ser exportador de capital para países ricos, ao lado de outros países pobres. (FIORI, 1994 *apud* MARICATO, 1996, p.76)

Na maioria das grandes cidades brasileiras ainda é possível constatar que não conseguimos superar o imenso contraste socioeconômico e os desdobramentos de seus problemas, ao contrário, muitas vezes tendendo a agravá-los. Podemos identificar também que grande parte da população das grandes cidades encontra-se na periferia em condições precárias sem infra-estrutura básica – esgoto, água tratada, transportes, hospitais, escolas, eletricidade etc. – residindo em subhabitacões, geralmente em áreas de risco.

São nessas áreas que o processo de segregação socioespacial fica mais claro, também é onde encontramos grande parte da população analfabeta e sem qualificação, o que ocorre, no dia-a-dia dessas pessoas, é a dificuldade para inserção no mercado de trabalho formal, restando a elas ocupar um espaço na cidade e sobreviver na informalidade e na contravenção. Desse modo, é possível constatar que parte da população tem dificuldades para se apropriar de uma parcela do solo urbano por meio da atual relação jurídica da propriedade privada.

Por outro lado alguns agentes sociais detentores do capital dominam a oferta de terra urbana comandando e influenciando sua expansão profundamente interessados em extrair o máximo benefício econômico do seu valor de troca. Nesse processo torna-se claro o conflito entre os agentes sociais pela posse e uso da terra em particular na periferia das grandes cidades onde fica explícita uma complexa contradição entre o valor de uso e o valor de troca atribuído ao solo urbano.

Segundo análise de CORRÊA (1995), são os proprietários fundiários que estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, eles possuem o interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é

mais valorizada que a rural. Isto significa que estão interessados apenas em ampliar o valor de troca da terra e não em seu valor de uso. Este fato, também, analisado por SANTOS (1997, p.44), se agrava na medida em que o uso da terra se torna especulativo, e a determinação de seu valor vem de uma luta sem trégua entre diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo.

Portanto, as mudanças estabelecidas no território ocorrem através da luta travada entre as classes sociais e o incremento do capital, no caso o valor de troca da terra. Dessa maneira os proprietários de terras atuam no sentido de obter a maior renda fundiária de suas propriedades.

Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Dessa forma a propriedade fundiária da periferia urbana, sobretudo aquela da grande cidade, constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano, possibilitando o processo de valorização fundiária.(CORRÊA, 1995, p.16)

Assim, as terras da periferia, em condições privilegiadas, estão nas mãos dos grandes empreendedores que as destinam à população com elevada renda, também denominada de população de *status*, enquanto os terrenos mal localizados, com áreas alagadiças em fundos de vale e com pouca ou nenhuma infra-estrutura, são vendidos como loteamentos populares à população de baixa renda ou ocupados por loteamentos clandestinos, reforçando ainda mais a segregação socioespacial. A respeito dessa problemática, MARICATO (1988 *apud* SANTOS, 1990, p. 43) afirma que “... ocorre a disseminação dos chamados loteamentos clandestinos, ou irregulares, – favelas, áreas de invasão – isto é, formas de urbanizar desobedientes, em parte ou no todo, aos regulamentos vigentes, por isso, também, chamados de loteamentos ilegais”.

Desse modo, a estratégia dos promotores imobiliários consiste, em primeiro lugar, na produção de loteamentos e residências de alto padrão para aqueles que podem pagar e, posteriormente, com apoio do Estado, tornar possível a produção de loteamentos e residências de baixo padrão para satisfazer o restante da demanda do mercado formal. Assim, é possível deduzir que a atuação dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários se faz com o mesmo objetivo, o de ampliar sua renda exclusiva da terra, particularmente interessados no valor de troca, principalmente por meio da conversão da terra rural em terra urbana, reforçando a expansão urbana e a segregação socioespacial.

As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais. Mas, o que se percebe é que há conflitos de interesses e alianças entre diferentes membros da sociedade de classes, o que acaba por privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que está no poder. Desse modo, pode-se entender que, apesar de o Estado deter os mecanismos para amenizar os conflitos sociais pela posse e uso da terra, nem sempre o faz de modo neutro; não busca resolver os desequilíbrios sociais e sim privilegia aqueles que detêm o capital. (CORRÊA, 1995, p.25)

O planejador na figura do Estado não age de modo neutro, ao contrário sofre influências e pressões dos agentes sociais, detentores do capital e do poder político, que buscam exclusivamente a acumulação de capital. Isto ocorre porque esses agentes, encontram respaldo no próprio planejamento urbano e na legislação de uso e ocupação do solo, e isso serve de instrumento, por meio da ação direta e explícita do planejador, para reforçar as diferenças do espaço urbano na revalorização do uso e ampliação do valor de troca da terra urbana o que atende as expectativas dos investidores capitalistas.

Segundo a análise elaborada por FREITAG (2006) a questão urbana brasileira não pode ser resolvida apenas de maneira técnica ou estética. Ela exige transformações macroestruturais da economia e da política.

Não há soluções técnicas, arquitetônicas ou urbanísticas milagrosas e imediatas. A questão urbana brasileira se insere numa questão social mais ampla, dominada por conflitos profundos, que precisam ser resolvidos com o auxílio de um pensamento em redes, ao mesmo tempo complexo e profundo. Precisamos pensar de maneira inter e multidisciplinar, buscando soluções não apenas pontuais, isoladas, mas conjuntas e diversificadas. (...) Uma verdadeira solução tem de ser buscada e praticada no interior das sociedades contemporâneas, simultaneamente afetadas pela globalização e fragmentação dos processos societários do mundo de hoje. (FREITAG, 2006, p.149)

Considerações finais

Através do exposto foi possível constatar que, apesar de utilizarem de estratégias diferenciadas para momentos e realidades opostas, estas abordagens apresentam em comum três elementos indissociáveis: o planejamento urbano e a figura do planejador, seja ele empreendedor ou não; os agentes sociais na figura do empreendedor capitalista e a “*pseudomercadoria*”, que seria o solo atrelado ao seu valor de uso e de troca.

É através do planejamento urbano que o Estado, mascarado na figura do planejador, estabelece a implantação diferenciada dos equipamentos e de infra-estrutura básica, as diferenças de impostos, os projetos de requalificações urbanas, a conversão da terra rural em urbana, o zoneamento urbano que delimita o uso e a ocupação do solo entre outros.

É nesse processo de fazer e refazer a cidade que surgem as estratégias engendradas entre o planejador e o empreendedor. E é através dos investimentos públicos desiguais, associados aos investimentos do setor privado, que acabam por estabelecer novas diferenças de valorização do solo, atribuindo, dessa maneira, um novo valor de uso e valor de troca para essa “*pseudomercadoria*”, o solo. O processo de uso e ocupação do solo ocorre de forma contraditória e complexa, como a própria sociedade que parece ter por único objetivo fazer a cidade crescer, seja através da renovação urbana ou da incorporação de novas áreas. Porém, ao mesmo tempo que a cidade cresce, também segrega parte da população de acordo com a estratificação social e os valores de uso e de troca do solo.

Vivemos numa época em que os processos cada vez mais automáticos de produção e expansão urbana removeram as metas humanas a que deveriam servir. A produção quantitativa, para os nossos contemporâneos que raciocinam em termos de massa, tornou-se a única meta imperativa: para eles, tem mais

valor a quantificação que a qualificação. (...). Essas atividades, à medida que aumentam em volume e ritmo, afastam-se cada vez mais de quaisquer objetivos humanamente desejáveis. (MUMFORD, 1998, p.615)

Das palavras de Lewis Mumford podemos extrair a essência de nossa sociedade preocupada com a quantidade e não com a qualidade, com a troca e não com o uso ou seu valor de uso, com o ter e não com o ser, com o meu e não com o nosso.

Referências

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade: O homem e a cidade a cidade e o cidadão de quem é o solo urbano?** São Paulo: Contexto, 2001.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

FREITAG, B. **Teoria da Cidade**. Campinas: Papirus, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.